

GÊNEROS, SEXUALIDADES E EDUCAÇÃO: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS COMO FERRAMENTAS DE PODER NA CONSTRUÇÃO DO PÂNICO MORAL QUE REFLETIRAM NAS ELEIÇÕES DO BRASIL EM 2018

Cleide Ester de Oliveira¹, Nadir de Fátima Borges Bittencourt¹, Veralúcia Guimarães de Souza¹, Paulo Sesar Pimentel¹, Kátia Terezinha Pereira Ormond¹ e Isabel Cristina Silva¹

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso- Cuiabá- Brasil. cleidester@hotmail.com; nadir.bittencourt@cba.ifmt.edu.br; veralucia.souza@blv.ifmt.edu.br; paulo.pimentel@blv.ifmt.edu.br; katia.ormond@blv.ifmt.edu.br; isabel.silva@plc.ifmt.edu.br

Resumo. Este trabalho tem como objetivo analisar a discursividade produzida por líderes políticos e religiosos sobre as discussões de gêneros e sexualidades no contexto da educação e como esses discursos construíram o pânico moral, conduzindo a sociedade a reproduzir e reforçar os discursos que excluem determinados grupos sociais. Tomamos como embasamento teórico a arqueogenealogia, formulada por Foucault, para compreender as categorias : discurso, poder/saber/verdade e normatização. Adotou-se a abordagem qualitativa, tendo como corpus para a análise vídeos do YouTube contendo pronunciamentos de líderes políticos e religiosos. Utilizamos a Análise do Discurso, cuja proposta foi delineada a partir das teorizações de Foucault, tendo como base as categorias: Quem fala? De onde fala? Que efeitos de sentido geram? Que discursos aparecem? A partir de que grande acontecimento os discursos emergem? Os sujeitos são atravessados por discursos de cunho moral, religioso e pseudocientífico que sustentam a heteronormatividade e excluem quem foge a este padrão.

Palavras-chave: gêneros; sexualidades; educação; pânico moral; exclusão

GENDERS, SEXUALITIES AND EDUCATION: DISCURSIVE STRATEGIES AS TOOLS OF POWER IN THE CONSTRUCTION OF THE MORAL PANIC THAT HAS REFLECTED IN THE BRAZILIAN ELECTIONS IN 2018

Abstract. This work aims to analyze the discursiveness produced by political and religious leaders about the discussions of genres and sexualities in the context of education and how these discourses have built moral panic, leading the Brazilian society to reproduce and reinforce the discourses that exclude certain social groups. We take as theoretical basis the archaeogenealogy, formulated by Foucault, to understand the categories of discourse, power / knowledge / truth and normatization. The qualitative approach was adopted to analyze the corpus with corpus, videos of YouTube containing pronouncements of Brazilian political and religious leaders. We use discourse analysis, whose proposal was delineated from Foucault's theories, based on the following categories: Who speaks? Where are you talking from? What effects of meaning do they generate? What speeches appear? From what great event do the discourses emerge? The subjects are crossed by speeches of moral, religious and pseudoscientific character that support the heteronormativity and exclude anyone who escapes this standard

Keywords: Keywords: gender; sexuality; education; moral panic; exclusion

1 Introdução

O Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea – GPHSC (CAAE: 60165016.0.0000.5165/ Número do Parecer: 1.773.781), do qual fazemos parte, conta com pesquisadores das várias áreas das ciências humanas e sociais, que buscam interpretar a sociedade contemporânea a partir de diferentes concepções teóricas e autores, descrevendo e analisando através de diferentes ângulos os mesmos fenômenos: violência, discriminação, preconceito, xenofobia, direitos humanos, *bullying*, educação ambiental, ciência e tecnologia.

Ultimamente, as discussões sobre gêneros e sexualidades no contexto da educação têm se tornado assunto polêmico na sociedade brasileira. Este tema fez parte de embates no campo da política na

última década e, em 2018, deu a vitória a um candidato de ultradireita, que se utilizou destes tópicos para criar pânico moral na sociedade, ao distorcer projetos e propostas educacionais que visavam combater a LGBTfobia e trazer as discussões sobre gênero para o interior das escolas.

Determinados setores de nossa sociedade – hoje representados politicamente no executivo federal - exigem que nossa identidade seja única, fixa, estável e em acordo com a biologia, ou seja, que mostremos um sexo verdadeiro, ajustado à norma heterossexual. Como característica desta exigência, há o estabelecimento de um padrão de normalidade, resumido ao conjunto binário: mulher=feminina, homem=masculino. Para este segmento social, não há outra possibilidade fora desse modelo dualista e hierarquizado. Ainda hoje, identidades e sexualidades que fogem a esse padrão são consideradas algum tipo de perturbação ou patologia mental, emocional ou física. Estudos, no entanto, apontam para o fato de que considerar o sexo, o desejo, os gêneros e as sexualidades como fixos e indiscutíveis provoca atitudes de violência, exclusão e torna difícil – ou impossível – a vida de muitos indivíduos.

A partir do ano 2000, em função da organização e mobilização de grupos representantes do movimento LGBT, reivindicando seus direitos de cidadania, foi identificada, por parte dos gestores públicos, a necessidade de elaborar um programa de combate à LGBTfobia mais consistente. Para dar início a esse programa, a UNESCO, em parceria com o MEC, realizou uma pesquisa sobre o “Perfil dos Professores Brasileiros”, entre abril e maio de 2002, com cinco mil professores da rede pública e privada. Os dados indicaram que 59,7% deles não admitem que uma pessoa tenha relações homossexuais e 21,2% deles não gostariam de ter vizinhos homossexuais (Abramovay, Castro, & Silva, 2004).

Entre os anos de 2016 e 2018, um grupo de pesquisa de Mato Grosso/BR, composto por pesquisadores de diversas áreas e formações, realizou um estudo qualitativo, através de questionário online, com a temática: *Bullying* e Violação dos Direitos Humanos. Nesta pesquisa, foram entrevistados 615 estudantes do ensino médio. Deste total, aproximadamente 5% afirmaram que já sofreram humilhação por sua orientação sexual. Nas questões propostas no questionário, os pesquisadores solicitavam aos/às discentes sugestões para acabar com o *bullying*. Dentre as respostas, muitos enxergam a violência como alternativa para a solução do problema, como é possível perceber nas seguintes falas dos estudantes: “*Caso continuar, revidar violentamente*”, ou ainda, “*Violência se combate com violência*” (Silva, Silva & Mota, 2018).

Um estudo realizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2004, sobre o tema “Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas”, que faz parte da coleção “Educação para Todos”, apontava que eram necessárias ações mais concretas no combate à violência, ao preconceito e à discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Para tanto, foi elaborado pela SECAD o Projeto Escola sem homofobia, com a finalidade de contribuir com o Programa Brasil sem Homofobia. O material que fazia parte do referido projeto foi chamado por seus detratores de *kit gay* e suscitou polêmicas de ordem social, religiosa e política bastante complexas e de repercussão nacional, gerando reações de pânico moral no país inteiro. O confronto se estabeleceu de forma acirrada nos meios de comunicação: de um lado, religiosos, políticos e cidadãos brasileiros que apoiam a ideologia LGBTfóbica, e do outro, o Ministro da Educação e uma parte da sociedade que acompanham as transformações e reivindicações dos direitos das minorias como um exercício democrático cidadão. Nessa queda de braço, por forte pressão da bancada evangélica, que é formada por parlamentares de diferentes denominações religiosas no Congresso, o projeto foi engavetado, em 2011, com o veto da Presidente Dilma, que cedeu às pressões.

Sobre orientação sexual e gêneros, o Conselho Nacional de Educação - CNE acatou a sugestão do MEC e excluiu da Base Nacional Curricular Comum - BNCC os termos relacionados à questão de

gênero e orientação sexual. No parecer, a justificativa é que a temática 'gênero' foi objeto de muitas controvérsias durante os debates públicos da BNCC.

Por que as questões de gênero geram tanta polêmica? O conceito de gênero está presente no movimento feminista desde os anos 1970 e se compreende como as construções sociais baseadas nos sexos biológicos. Afirmava-se que homens eram superiores às mulheres por características biológicas, não somente relacionadas à força física, mas acreditavam também que homens eram mais inteligentes e éticos. O conceito de gênero veio para refutar essa ideia, que vê essa desigualdade na percepção das capacidades de homens e mulheres como algo socialmente construído. Ao se falar em "questão de gênero", por exemplo, faz-se referência às atividades culturalmente atribuídas às mulheres – como cuidar da casa e dos filhos – e aos homens – como sustentar financeiramente a família. As teorias de gênero explicam que essas ideias são construídas com base nos costumes, não nas capacidades biológicas.

Como reação, houve a invenção do termo "ideologia de gênero", criado recentemente no interior de alguns discursos religiosos e políticos, que não reflete o entendimento de "gênero" presente no contexto educacional, nas práticas docentes ou na formação de professores (Furlani, 2016, citado por Borges & Borges, 2018). A "ideologia de gênero", segundo seus defensores, portanto, levaria à destruição da família tradicional, à legalização da pedofilia, do aborto, incentivaria o homossexualismo (sic), anularia a diferença entre homem e mulher, etc. Enfim, levaria ao fim a ordem natural e as relações entre os sexos. Segundo Spengler (2015), citado por Borges e Borges (2018),

Ora, a ideologia de gênero sustenta que a pessoa humana é sexualmente indefinida e indefinível. Elimina-se a ideia de que os seres humanos se dividem em homem e mulher. Para além das evidências anatômicas, entendem que esta não é uma determinação fixa da natureza, mas resultado de uma cultura ou de uma época. Para a ideologia de gênero o "natural" não é tido como valor humano e é preciso superar até mesmo a distinção da natureza masculina e feminina das pessoas.

A imagem que se faz é que todo menino/menina poderia se tornar transgênero (a), segundo essa ideologia que ensinaria que ser menino ou menina são construções culturais e sociais. No entanto, o discurso sobre igualdade de gênero presente nas diretrizes curriculares de muitas escolas brasileiras não deve ser tratado como ideologia de gênero, uma vez que igualdade de gênero sempre ressaltou a importância da igualdade das condições de gênero, ou seja, que homens e mulheres tenham as mesmas condições em todos os espaços sociais.

Aqueles que apregoam a existência de uma ideologia de gênero utilizam argumentos sem fundamentos científicos, replicando-os nas mídias sociais para persuadirem a população que os aceitam como verdades inquestionáveis, o que causa o pânico moral.

O termo **pânico moral** é associado a Stanley Cohen, que, em 1972, o utilizou em referência aos confrontos e episódios de vandalismo protagonizados por grupos de jovens rivais na Inglaterra, na década de 1960, o que levou o autor a formular a primeira teoria do pânico moral. Seu estudo consistiu em analisar a reação das pessoas diante de situações em que se sentiam ameaçadas por alguns grupos ou tipos sociais. Diante dessas situações de perigo, "desencadeia-se um processo de sensibilização social que resulta em forte reação coletiva contra o(s) agente(s) que causa(m) o medo coletivo" (Barros & Lemos, 2018). A partir daí, há uma disputa em nome do restabelecimento da ordem e da moral, em que se tenta atribuir a culpa da desordem a um grupo específico, estigmatizando-o negativamente.

Segundo Miskolci (2007, p. 112), "O conceito de pânico moral permite lidar com processos sociais marcados pelo temor e pela pressão por mudança social", que pode ser estruturado por políticas simbólicas, sempre ancorado em valores e visões de mundo do grupo que se sente ameaçado. Ou

seja, reflete anseios de poder entre grupos sociais. O pânico é moral porque aciona uma suposta ameaça à ordem social. Deste modo, questiona-se se, no contexto contemporâneo brasileiro, há nos discursos proferidos por algumas personalidades políticas e religiosas, a subversão dos conceitos de gêneros e sexualidades – tratados como “ideologia de gênero” (sic) – na instauração de um regime de saber, poder e verdade atravessado pelo pânico moral?

1.1 Fundamentação teórica: O edifício da teoria - Discurso

No edifício teórico da análise do discurso, é ponto fundamental trazer os conceitos formulados por Michel Foucault (1969/2000) no plano discursivo. Foucault define discurso como “práticas que obedecem regras”. Ao aprofundar esta definição, estabelece-se que discurso é um conjunto de enunciados, que foram praticados ao longo do tempo e estão sob uma determinada formação discursiva. Esta formação é “uma regularidade - uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações” (Foucault, 1969/2000, p. 43) que existe. Se não for possível encontrar um sistema, uma regularidade na dispersão destes enunciados, para Foucault, não há um discurso. O autor também argumenta que, no discurso, há uma luta pelo poder na sociedade. Nele, também se traduzem os embates que engendram sistemas de dominação. Há, ainda, nos discursos, a luta pelo poder do qual se quer apoderar.

Nesse sentido, o que está na base desse conceito é a ideia de que em toda sociedade há um certo número de procedimentos que controlam, selecionam, organizam e redistribuem simultaneamente a produção do discurso (Foucault, 1969/2000). A função desses procedimentos é a de “conjurar seus poderes e perigo, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (p. 9). Em nossa sociedade os procedimentos de exclusão, externos ao discurso, mas em atuação sobre eles, são a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade. O primeiro destes procedimentos, que se constitui como a interdição, segundo Foucault (2000), é o mais conhecido. O filósofo argumenta que nem tudo pode ser dito em qualquer circunstância e não é qualquer um que pode falar de qualquer coisa. Neste processo de interditar o que se diz, Foucault aponta três manifestações: o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito, sendo a sexualidade e a política o alvo dessas interdições.

Nessa perspectiva, para justificar certas práticas, circula um discurso e certos procedimentos que permitem controlar e impor certas regras, de forma que se estabelece quem tem acesso a esses discursos (Foucault, 1969/2000). Nesse caso, há uma ordem do discurso e, para entrar nela, há certas exigências, atendidas no entrecruzamento das categorias internas e externas com o terceiro grupo de procedimentos, formado pelos rituais da palavra, pelas sociedades do discurso, pela doutrina e pelas apropriações sociais. Destaca-se, neste grupo de procedimentos, o ritual e as sociedades do discurso. O primeiro determina propriedades singulares e papéis preestabelecidos para os sujeitos que falam; de acordo com Foucault, os vários tipos de discursos, como os religiosos, judiciários, terapêuticos e, de certa forma, também o discurso político, exigem ritual específico. Para que o controle funcione, entra em cena o segundo: é preciso uma “Sociedade do Discurso” que carregue a função de produzir, conservar e distribuir os discursos de acordo com regras estritas (Foucault, 1969/2000)

É importante destacar que, para Foucault, o poder não existe em si. Ele está sempre em relação (Foucault, 1970/2013, p. 274). Todos os atores envolvidos nas relações de poder nela agem e por ela são afetados. Deste modo, nas sociedades, os processos de subjetivação – ou seja, de formação dos sujeitos – são resultado das relações de poder. Deleuze, ao analisar as teorias foucaultianas, na proposta de tratar de elementos e relações, mutáveis e móveis, diferencia violência, força – ou poder – e saber. Na violência, há ação sobre um corpo, sobre determinadas coisas, que “ela força, dobra,

quebra, destrói” (Foucault, 1970/2013, p. 287; Deleuze, 2005, p. 38). Já nas relações de poder, há um modo de ação que não age diretamente e imediatamente sobre os outros, mas uma ação que age sobre ações (Foucault, 1970/2013, p. 288; Deleuze, 2005, p. 78). Os deslocamentos nesta vontade de verdade continuaram no corpo da história. Foucault cita as mudanças promovidas pela ciência, que podem ser vistas como descobertas, mas também como o aparecimento de novas formas de verdade. Como exemplo, há a Inglaterra dos séculos XVI e XVII. A vontade de saber ordenava ao sujeito “certa posição, certo olhar e certa função (ver, em vez de ler, verificar, em vez de comentar)” (Foucault, 1976/2011, p. 16). Este empirismo possui um suporte institucional, reforçado e movido por um conjunto de práticas que vão desde a pedagogia até a sistematização do conhecimento, na forma como se organizam os livros, as bibliotecas, os laboratórios, etc. (Foucault, 1976/2011, p. 17). Diante da perspectiva sustentada pela “hipótese repressiva” que considera que o poder é um instrumento repressivo e sua função seria o de bloquear ou distorcer a verdade, Foucault (1976/2011) sugere uma proposta resolutive entre poder, sexo e verdade e introduz o tema da biopolítica e do biopoder. Este último se constituiria como poder sobre a vida (políticas de sexualidade), mas também como poder sobre a morte (racismo moderno). Em última instância, trata-se da estatização da vida, considerada em termos biológicos. A biopolítica nomeia uma forma de poder que, no fim do século XVIII e no início do século XIX, se transforma com o objetivo de governar não só o indivíduo, mas o coletivo, a população, a sociedade. Este controle se manifestaria através, não apenas da disciplinarização dos corpos, mas das mentes.

2 Análise e discussão dos dados

Esta análise é um recorte de uma pesquisa intitulada: Discursos, Homofobia e Políticas de Direitos Humanos (Oliveira, 2014), realizada entre 2010 e 2014, com a inclusão de alguns dados atuais.

2.1 Deputado Julius César¹

Pronunciamento sobre o Projeto Escola sem Homofobia (Kit gay) do Deputado Julius César em 2010. Ele foi reeleito Deputado Federal, já pertenceu a vários partidos e esse era o seu quinto mandato como deputado. O seu pronunciamento foi proferido no espaço destinado à sessão plenária da Câmara Federal. Esses discursos emergiram **a partir de um acontecimento**, a iniciativa do MEC em elaborar um *kit* de material educativo, abordando aspectos da homo-lesbo-transfobia no espaço escolar, direcionado para gestores, educadores e estudantes do Ensino Médio.

No pronunciamento do Deputado Julius César, **quem fala** é um parlamentar que ocupa o lugar de representante da casa e expressa, com sentimentos de revolta e indignação, suas opiniões a respeito do tema com o objetivo de convencer os colegas da sua luta para impedir que o Projeto Escola sem Homofobia siga em frente. Ao identificar-se, o “eu” é predominante no sujeito da enunciação. **O “eu” que fala** mostra a sua indignação em relação à proposta do *kit gay* que pode ser visto nos seguintes trechos:

Eu quero tratar de um assunto aqui que no meu entender, pra mim, em 20 anos de congresso é o maior escândalo que eu tomei conhecimento até hoje. (...) eu não sei pra não ser advertido nesse discurso, eu vou poupar o adjetivo pra essa comissão.

¹ Em consonância com as determinações do Comitê de Ética, no Brasil, utilizam-se pseudônimos para preservar a identidade de participantes e objetos de estudo.

No entanto, quando aparece como “nós”, **quem fala** pode ser identificado, também, no trecho seguinte, como fazendo parte da sociedade, ou seja, a maioria que estaria sendo afrontada pela minoria:

Esses gays, lésbicas querem que nós, a maioria, entubemos como exemplo de comportamento a sua promiscuidade. (...) ... que nós não podemos nos submeter ao escárnio da sociedade. Pelo amor de Deus, meus colegas que estão nos gabinetes! Pelo amor de Deus, daqui a pouco vem um cidadão dizer que eu estou mentindo. (...) Atenção pais! Os seus filhos vão receber no ano que vem um kit, esse kit tem o título: combate à homofobia, mas na verdade esse kit é um estímulo ao homossexualismo, é um incentivo à promiscuidade, (...) Atenção pais! A tua filha de sete, oito, nove, dez anos vai assistir esse filmete que já está sendo licitado (...)

No conjunto de enunciados acima, identifica-se que o espaço do dizer é ocupado por diferentes sujeitos, uma vez que a concepção com a qual se opera neste artigo não é a de sujeito unificante, pois o discurso é atravessado pela dispersão que decorre das várias posições discursivas que o sujeito do discurso assume (Gregolin, 2007). O Deputado **fala do lugar de parlamentar** que tem 20 anos de carreira e por isso classifica o projeto Escola sem Homofobia como o maior escândalo já visto durante os seus 20 anos com tal função. **Esse lugar de parlamentar** ocupado por ele é atravessado por um sujeito que ocupa o lugar de maioria da sociedade e que concebe o grupo LGBT como uma minoria sem direito a voz. Ao enunciar que a plateia é composta 100% de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros e que essa turma toda reunida tomou decisões que a casa desconhece (essas decisões referem-se ao *kit* que faz parte do projeto Escola sem Homofobia) revela um sujeito indignado com fato de um grupo com essa qualificação tomar decisões que interferirão na educação de crianças em relação à sexualidade, incentivando-as a tornarem-se homossexuais e promíscuos. Esse discurso heterossexista vem ao encontro do que afirma Borillo (2010) sobre o fato de que a heterossexualidade é vista como possibilidade única e verdadeira e a relação entre pessoas do mesmo sexo é caracterizada como uma doença degenerativa da sociedade. Além disso, o discurso que o Deputado dirige aos pais das crianças que frequentam a escola pública tem o objetivo de causar o **pânico moral**, fazendo com que a sociedade, em geral, alimente ainda mais o ódio e a rejeição aos indivíduos homossexuais. O seu modo de olhar a figura humana do homossexual é estigmatizante, já que defende uma concepção que considera o tema da diversidade sexual como um assunto proibido. O lugar discursivo que o Deputado ocupa é usado para legitimar o ódio aos homossexuais. Nesse sentido, encontramos uma correlação com que o aponta Foucault (1970/2008) sobre o fato de que há um certo número de procedimentos que controlam, selecionam, organizam e redistribuem simultaneamente a produção do discurso em toda sociedade. Segundo o autor, em nossa sociedade, existem procedimentos de exclusão, sendo que a interdição é a mais conhecida. Há que se considerar que a ação do parlamentar visa proibir qualquer discussão referente ao combate ao preconceito e à discriminação. Segundo o deputado, em apelo à sociedade e, em especial, aos pais, nem tudo se pode dizer, não são todas as palavras permitidas em quaisquer circunstâncias. Estes “tabus da palavra”, chamados por Foucault de “direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (Foucault, 1976/2011, p. 9), tentam reafirmar uma soberania no discurso heterossexual e um silenciamento de qualquer discurso destoante. Deste modo, com a palavra proibida, o poder se exerce de forma mais intensa. Há, também, na fala do parlamentar, mais do que um embate que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, uma verdade, construída e sustentada por instituições como a religião, que indica a tentativa de se apoderar ainda mais dos discursos – que estarão presentes na escola – e, conseqüentemente, do poder (Foucault, 1976/2011, p. 10).

2.2 Senador Tito Flávio

O Senador **Tito Flávio** foi reeleito em 2010. Além de político, é também pastor evangélico. O seu pronunciamento, ora em apreciação, foi proferido na tribuna do Senado. Nele, quem **fala** é alguém que tem o poder político de aprovar ou não projetos de interesse da população, seja ela minoria ou maioria. Ao se pronunciar, identifica-se, a partir dos enunciados, a posição de diferentes sujeitos. O Senador ora se apresenta como “eu” ora como “nós”, sendo que o “nós” refere-se à instituição que ele integra como Senador da República:

(...) o que nós queremos discutir com ele a frente da família é esse kit. (...) o que nós precisamos é resgatar valores de família, Presidente Dilma. (...) então nós temos que resistir o governo, nós temos que resistir o Sr. Ministro com esse kit... (...) de fato nós não podemos criminalizar um país inteiro. (...) o que nós precisamos enquanto constituição é respeito a todos os cidadãos(...)

Já quando utiliza a primeira pessoa do singular, **quem fala** expressa sua indignação e opiniões pessoais:

Eu estou vindo de uma reunião (...) eu tô olhando pro Brasil pra afirmar o seguinte, Senador: esse kit homossexual nas escolas fará das escolas do Brasil verdadeiras academias de homossexuais. (...) Agora nada mais do que o respeito, estão passando do limite. Senador [dirige-se a outro senador], Vossa Excelência, que é católico, praticante, que sabe que Deus criou macho e fêmea e essa casa não fará um terceiro sexo com uma lei porque há de esbarrar nos homens e mulheres que acreditam em princípios e uma minoria barulhenta jamais se sobreporá a uma grande maioria que é a família nesse país. (...) Eu tenho uma criança de nove anos em casa, ela disse: - Pai então agora, quer dizer (...)

Em relação ao sujeito do enunciado, ele é diferente do autor do texto ou do sujeito que enuncia. Foucault (1969/2000) o define como “(...) um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes” (p. 108). A análise do sujeito no desempenho da função enunciativa exige não a verificação de alguém que a proferiu, mas a determinação da posição “(...) que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser (...) sujeito” (p. 108). A relação da posição do sujeito com os lugares institucionais, conforme explica Foucault (1969/2000), é que define o sujeito, ou seja, o lugar de onde fala. **O lugar social de onde o Senador Tito Flávio fala** possibilita-lhe um empoderamento como sujeito do discurso que se inscreve em uma determinada formação discursiva e, por isso, se apropria de um poder/saber que se materializa na sua prática discursiva como um discurso de verdade.

A afirmação do Senador de que o *kit* homossexual fará das escolas do Brasil verdadeiras academias de homossexuais, que Deus criou macho e fêmea e que a casa não fará um terceiro sexo mostra que **o lugar de onde o Senador fala produz efeitos de sentido** por apropriações de regiões do saber/poder/dizer, os quais atuam de maneira constitutiva na sedimentação da formação discursiva na qual se inscreve. Identifica-se uma **dispersão de enunciados**, ou seja, há uma **interdiscursividade**, pois o sujeito, sendo uma função, assume vários papéis sociais (Gregolin, 2006). A análise do sujeito integra o reconhecimento de relações entre vários enunciados e sistemas de enunciabilidade que definem os regimes de saber e verdade de uma época. Como Senador da República, ele constrói um discurso que é atravessado por outros discursos de cunho moral e religioso que sustentam a heteronormatividade, já que ele também ocupa o lugar de sujeito pastor evangélico e de cidadão pai de família que tem filhos na escola. O Projeto Escola sem Homofobia, apelidado por seus detratores de “*kit gay*”, e o termo “ideologia de gênero” na voz de políticos e religiosos foram as estratégias discursivas que prepararam o terreno, que teve início em 2010, e que serviram de alicerce para criar o **pânico moral** na sociedade brasileira, o que culminou com as eleições presidenciais em 2018. Toda a campanha do candidato eleito foi baseada nesses discursos e alimentada por eles.

Seu pronunciamento de posse reiterou a agenda ultraconservadora gestada desde 2010, com vistas a interditar discussões de gêneros e sexualidades a partir do ambiente escolar, chegando a toda a sociedade.

2.3 Pronunciamento de posse do Presidente em janeiro de 2019:

*(...) Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã. Combater a **ideologia de gênero**, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas (...).*

Nesses discursos, **emerge um sentido** de que discutir as questões de gêneros e diversidades no âmbito da escola é visto como uma espécie de peste que necessita de combate para que não se prolifere. Desde seu surgimento, a expressão “ideologia de gênero” carrega em seu bojo um sentido **pejorativo**. Por meio dela, setores mais conservadores da sociedade protestam contra atividades que buscam falar sobre a questão de gênero e assuntos relacionados – como sexualidade – nas escolas. Boa parte da sociedade concorda com o sentido negativo empregado no termo “ideologia de gênero” e, geralmente, teme que, ao falar sobre as questões mencionadas, a escola vá contra os valores da família.

2.4 Da mesma forma, o então Ministro da Educação em seu pronunciamento de posse, janeiro de 2019

*(...) À agressiva promoção da **Ideologia de Gênero**, somou-se a tentativa de derrubar as nossas mais caras tradições pátrias. Essa tresloucada onda globalista, tomando carona no pensamento gramsciano e num irresponsável pragmatismo sofisticado, passou a destruir, um a um, os valores culturais em que se sedimentam as nossas instituições mais caras: a família, a Igreja, a escola, o Estado e a Pátria, numa clara tentativa de sufocar os valores fundantes da nossa vida social (...).*

2.5 No pronunciamento de posse, em janeiro de 2019, a então Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, também pastora evangélica, deu o seu recado

*(...) Acabou a doutrinação ideológica de crianças e adolescentes no Brasil. Neste governo, menina será princesa e menino será príncipe. Está dado o recado. Ninguém vai nos impedir de chamar nossas meninas de princesas e nossos meninos de príncipes. (...) No Brasil tem **meninos e meninas** (...).*

Os excertos acima mostram que a discussão sobre gêneros e diversidades na escola se traduz em sentidos de desconforto e indignação por parte desses líderes. Os **efeitos de sentidos** que emergem desses discursos em relação às ações educativas que abordam estes temas constituem, na visão deles, um péssimo exemplo para as famílias e uma ameaça de destruição dos pilares da sociedade atual regida por uma moral conservadora. Qual é o conceito de família atribuído por esses políticos? O sentido que emerge é o de que o grupo LGBT está despossuído de família. Essas reflexões revelam que esse é o pensamento que está refletido em boa parte da sociedade e é legitimado pelas instituições, ou seja, as verdades únicas, os modelos hegemônicos da sexualidade “normal”, mostrando o jogo de poder e interesses envolvidos na intencionalidade de sua construção.

3 Metodologia

Nesta pesquisa, adotou-se a abordagem qualitativa, uma vez que, segundo Minayo (2010, p. 57), essa abordagem “se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das

percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”. De acordo com essa autora, o método qualitativo é o que se adapta às investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações, de discursos e de documentos. Sendo assim, esta pesquisa classifica-se como descritivo/interpretativa.

3.1. O corpus

Para este estudo, utilizou-se como corpus os vídeos transcritos do site *youTube* contendo pronunciamento de líderes contrários às políticas de combate à LGBTfobia em exercício do mandato Legislativo no período de 2010 a 2012 e os pronunciamentos de posse do atual presidente e dois de seus ministros em janeiro de 2019, estes como reverberações daqueles.

3.2. Critérios para a escolha dos vídeos do *youTube*

O *YouTube* é uma das mais importantes ferramentas nos meios de comunicação para propagação de informações, imagens, debates, fatos do cotidiano e, conseqüentemente, de uma diversidade de discursos. Atualmente, novos recursos comunicativos são incorporados à internet, o que permite acesso a ferramentas e acessórios (imagens, sons e outros serviços) que facilitam a interação no meio virtual, possibilitando a circulação de fatos e notícias em uma velocidade jamais vista.

3.2. Participantes

As falas selecionadas nesta pesquisa são de indivíduos que exercem o papel de liderança política e/ou religiosa. Conforme recomendação do parecer do Conselho de Ética do Hospital Universitário Lauro Wanderley da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), os participantes não devem ser identificados. Portanto, decidiu-se pela utilização de nomes fictícios ou somente os cargos que ocupam. O primeiro grupo de participantes foi selecionado devido à repercussão de seus pronunciamentos na sociedade e, também, por estar entre os primeiros a utilizar, publicamente, no Brasil, os termos “Kit gay” e “Ideologia de gênero”, relacionando-os a um discurso religioso moralizante para a incitação de Pânico Moral a partir da escola; o segundo, em consonância com o primeiro grupo, pela relevância dos cargos que ocupam em 2019.

3.3. Análise de dados

O presente estudo tem como pressupostos teóricos e metodológicos a Análise do Discurso (AD). No livro *Arqueologia do Saber*, Michel Foucault (1969/2000) concebe que é preciso acolher o discurso em sua dimensão de acontecimento, isto é, cada texto, cada palavra, por mais que se aproxime de outros, nunca é idêntico ao que o precede. Segundo Gregolin (2007), Michel Foucault delinea as questões no interior das quais uma teoria de análise do discurso é pensada e tem como pontos fundamentais os seguintes conceitos:

- a) o discurso é uma prática que provém da formação dos saberes e que se articula com outras práticas não discursivas; b) os dizeres e fazeres se inserem em formações discursivas, cujos elementos são rígidos por determinadas regras de formação; c) o discurso é um jogo estratégico e polêmico, por meio do qual constituem-se os saberes de um momento histórico; d) o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam (quem fala fala de algum lugar, baseado em um direito reconhecido

institucionalmente); e) a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que visam a determinar aquilo que pode ser dito em um certo momento histórico (pp. 14-15).

Essa perspectiva, conforme Gregolin (2007), tem como objetivo “analisar as condições que permitem o aparecimento de certos enunciados e a proibição de outros” (p.15). Nesse sentido, para a análise do discurso, neste trabalho, toma-se Gregolin, que usa Foucault como a referência para proceder à análise dos dados, além do próprio Foucault, que, embora não proponha um método, tece em *Arqueologia do Saber* e *A ordem do discurso* um percurso teórico e metodológico acerca do discurso. A característica fundamental na AD, segundo Gregolin (2005), é a necessidade de priorizar a descrição das materialidades discursivas, tendo como pressuposto que sua propriedade fundamental é a linguagem, considerando que “ela é constitutivamente atravessada pelo equívoco, pela falha e, portanto, é preciso descrever o jogo de diferenças, as alterações, as contradições, a equivocidade, a heterogeneidade constitutiva” (p. 14). Outro fato explicitado por Gregolin (2005) nas práticas de análise de discurso é que:

Todo discurso é fundamentalmente heterogêneo e está exposto ao equívoco porque se relaciona sempre com um discurso-outro. A possibilidade de interpretar existe exatamente por causa dessa alteridade nas sociedades e na história, que possibilita a ligação, a identificação e a transferência (p. 15).

Também é ponto fundamental na AD, de acordo com Gregolin (2005), a questão da interdiscursividade. Sendo a discursividade um acontecimento, é preciso levar em conta que o objeto da AD é a interdiscursividade, as redes de memória que produzem os sentidos em um momento histórico, pois o discurso sempre acontece no interior de uma série de outros discursos, com os quais estabelece correlações, deslocamentos, vizinhanças. Nesse caso, diante de um enunciado, compete ao analista a tarefa de investigar o discurso que emerge considerando a relação dialética entre sujeito/língua/história como um complexo jogo de significações e sentidos possíveis. Nesse sentido, Foucault (1969/2000) propõe um trabalho de descrição sobre o arquivo entendido por ele, não a massa de textos recuperados de uma época, mas o conjunto das regras que em um tempo e em um lugar definem sobre o que se pode falar, quais discursos circulam e quais se excluem, quais são válidos, quem os faz circular e através de que canais.

A análise arqueológica focaliza na dimensão de exterioridade dos discursos e busca suas condições de existência nas práticas discursivas, que são também práticas sociais. As práticas discursivas produzem saberes de diferentes tipos que as caracterizam e delimitam suas especificidades (Foucault, 1969/2000).

De acordo com esse autor, para compreender por que apareceram em certo tempo e lugar uma ciência, uma teoria, um conceito, valores, verdades, etc., é preciso atentar para as relações sociais que os tornaram discursos enunciáveis e visíveis, ou seja, situá-los em determinadas relações de poder. Nesse sentido, o saber se liga ao poder. Analisar discursos significa, para Gregolin (2007, p.15), “tentar compreender a maneira como as verdades são produzidas e enunciadas”. Para analisar o pronunciamento dos líderes políticos e religiosos, utilizamos, neste trabalho, a AD (Gregolin, 2006), cuja proposta de análise tem como base as seguintes categorias: Quem fala? De onde fala? Que efeitos de sentido geram? Que discursos aparecem (enunciados, contradições, repetições, regularidades e dispersões)? A partir de que grande acontecimento os discursos emergem?

De acordo com Gregolin (2006), o sujeito do enunciado, sendo historicamente determinado, não pode ser reduzido aos elementos gramaticais. Sendo assim, o sujeito não é o mesmo de um enunciado a outro e a função enunciativa pode ser desempenhada por diferentes sujeitos. Foucault (1969/2000, p. 104) explica que:

não é preciso na verdade, reduzir o sujeito do enunciado aos elementos gramaticais de primeira pessoa que estão presentes no interior da frase: inicialmente, porque o sujeito do enunciado não está dentro do sintagma linguístico; em seguida, porque um enunciado que não comporta a primeira pessoa tem, ainda assim, um sujeito; enfim e sobretudo, todos os enunciados que tem uma forma gramatical fixa (quer seja em primeira pessoa ou em segunda pessoa) não tem um único e mesmo tipo de relação com o sujeito do enunciado.

Isso significa que o autor da formulação pode não ser o mesmo sujeito do enunciado, já que esse lugar é determinado e vazio. Sendo assim, indivíduos diferentes podem ocupá-lo. Mas é também variável e pode continuar idêntico a si mesmo por meio de várias frases, assim como para se modificar cada uma (Foucault, 1969/2000). Sendo assim, o sujeito é uma posição. O mesmo indivíduo pode assumir várias posições de sujeito em um conjunto de enunciados, ou seja, na categoria de análise **Quem fala?**, o sujeito pode não ser o mesmo autor da formulação.

Cabe destacar, também, o lugar social de onde o sujeito fala. É esse lugar que define o que pode e deve ser dito, pois é governado por regras anônimas. O sujeito é definido pelo lugar de onde ele fala. Foucault (1969/2000) explica que “não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade” (p. 139). Sendo assim, também se analisa a categoria **De onde ele fala?**

Ainda que palavras e textos se aproximem de outros, eles não são idênticos aos que os precedem. O enunciado produz um efeito de sentido pela sua correlação com um conjunto de formulações que coexistem com ele em um espaço delimitado historicamente. Isso significa dizer que o efeito de sentido de um enunciado deve ser visto dentro de uma historicidade.

4 Conclusões

No contexto contemporâneo brasileiro, pode-se concluir que há nos discursos proferidos por algumas personalidades políticas e religiosas, a subversão dos conceitos de gêneros e sexualidades – tratados como “ideologia de gênero” (sic). Isto contribui para a instauração de um regime de saber, poder e verdade atravessado pelo pânico moral. “Ideologia de gênero”, “imposição das minorias”, “ataque às instituições família e igreja”, “degenerescência da sociedade”, “pânico moral”, coincidência entre sexo biológico e gênero, orientação sexual única e opressora às demais, dentre outros pontos, são elementos característicos nos discursos aqui apresentados. Vale destacar que estes elementos podem ser caracterizados como discursos, pois são práticas que obedecem a regras. Também atendem, de acordo com a teoria foucaultiana, a dois princípios, regularidade e dispersão, formando um sistema. Entendemos importante esta caracterização, pois, para Foucault, onde houver discurso, há estratégias e a tentativa de se apoderar mais das relações de saber e poder.

A estratégia é o mais importante elemento na manipulação de forças das relações de saber e poder. As ações no interior de uma sociedade são formadas a partir delas e, por elas, se manifestam. Por estratégia, em consonância com a obra foucaultiana, entende-se, desde a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim (uma racionalidade empregada para se atingir um objetivo), passando pela maneira pela qual se tenta ter uma vantagem sobre o outro, até o conjunto dos procedimentos que são utilizados num confronto com o objetivo de privar o oponente dos seus meios de luta e reduzi-lo a ponto de renunciar ao embate.

Considera-se de grande relevância estudar sobre o tema por se entender que a exclusão fere a dignidade da pessoa humana. A LGBTfobia é naturalizada discursivamente e se fundamenta em discursos de verdades sobre a sexualidade, atravessadas pelas relações de poder/saber, representadas pelas instituições religiosas e políticas que legitimam a violência e reforçam as atitudes de intolerância.

Referências

- Abramovay, M., Castro, M. G., & Silva, L. B. (2004). *Juventude e sexualidade*. Brasília, DF: UNESCO.
- Barros, A. T. & Lemos, C. R. F. (2018). Política, pânico moral e mídia: controvérsias sobre os embargos infringentes do escândalo do Mensalão. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 24, nº 2, maio-agosto, p. 291-327.
- Borges, R. O. & Borges, Z.N. (2018). Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 23 e230039.
- Deleuze, G. (2005). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.
- Foucault, M. (2000). *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. Original publicado em 1969)
- Foucault, M. (2013). *A ordem do discurso*. Edições Loyola : São Paulo. (Original publicado em 1970)
- Foucault, M. (2013). *Sujeito e Poder*. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2011). *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. São Paulo, SP: Graal. (Original publicado em 1976).
- Gregolin, M. R. (2005). *Formação discursiva, redes de memória e trajetórias sociais de sentido: Mídia e produção de identidades*. Texto apresentado no II Seminário de Análise do Discurso (SEAD), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Gregolin, M. R. (2006). AD: descrever-interpretar acontecimentos que fundem linguagem e história. In P. Navarro (Org.), *Estudos do texto e do discurso: Mapeando conceitos e métodos* (1ª ed., pp. 19-34). São Carlos, SP: Claraluz.
- Gregolin, M. R. (2007). Análise do discurso e mídia: A (re) produção de identidades. *Comunicação, mídia e consumo*, 4(11), 11-25. Recuperado de <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/viewFile/105/106>
- Minayo, M. C. (2010). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (12ª ed.). São Paulo, SP: Hicitec.
- Miskolci, R. (2007). Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 101-128.
- Oliveira, C. E. (2014). *Discursos, Homofobia e Políticas de Direitos Humanos*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.
- Silva, G.P., Silva, I.C., Mota, R.M.F. (2018). Semiedu 2018 30 Anos PPGE. *Panorama geral da pesquisa "Violação dos Direitos Humanos e Bullying no Contexto Escolar" do grupo de pesquisa em humanidades e sociedade contemporânea do IFMT*. Cuiabá.